



Revista Brasileira de História
ISSN: 0102-0188
rbh@edu.usp.br
Associação Nacional de História
Brasil

Bilhão, Isabel
"Trabalhadores do Brasil!": as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo
varguista
Revista Brasileira de História, vol. 31, núm. 62, diciembre, 2011, pp. 71-92
Associação Nacional de História
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26321451006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

“Trabalhadores do Brasil!”: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista¹

“Brazilian Workers!”: The commemorations of 1 May during Vargas’ Estado Novo

Isabel Bilhão*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as celebrações do Primeiro de Maio ao longo do Estado Novo varguista. Pretende-se identificar mudanças e permanências em seus rituais comemorativos, bem como as estratégias de preparação, apresentação e legitimação de suas comemorações por parte do governo.

Palavras-chave: Primeiro de Maio; Estado Novo; relações de poder.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the celebrations of 1 May during Vargas’ *Estado Novo*. It is intended to identify changes and permanencies in these commemorative rituals, as well as the strategies of preparation, presentation and legitimation of these commemorations by the government.

Keywords: 1 May; *Estado Novo*; relations of power.

O presente artigo tem como objetivo analisar as celebrações do Primeiro de Maio realizadas no período de 1938 a 1945. Pretende-se enfocar os significados atribuídos à data, bem como as mudanças e permanências em suas celebrações. A hipótese norteadora da discussão aqui realizada é a de que tais celebrações foram progressivamente apropriadas, tornando-se momentos muito importantes no esforço pedagógico e de legitimação realizado pelo Estado Novo. Mas, mesmo que seu significado e formas comemorativas tenham passado por profunda reconfiguração, privilegiando a estética, a propaganda e a difusão de seu ideário, mantiveram, ainda que ressignificada, parte dos traços rituais anteriores, permitindo o reconhecimento e sua identificação pelos trabalhadores que compareciam às festividades.

Para desenvolver a análise proposta, o texto está dividido em quatro tó-

* Professora Adjunta de História, Universidade Estadual de Londrina (UEL). Centro de Letras e Ciências Humanas. Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445), km 380 – Campus Universitário. 86051-990 Londrina – PR – Brasil. bilhao@uel.br

picos, levando-se em consideração as características das comemorações e o contexto em que estas foram realizadas. Inicialmente, historio brevemente as celebrações do Primeiro de Maio ao longo da Primeira República e nos primeiros anos do governo Vargas, enfatizando suas principais características rituais e as disputas por sua ‘paternidade’ e significado. No segundo tópico, trato das comemorações de 1938 e 1939, anos em que o governo passou a se interessar pela organização e a normatizar a comemoração, apropriando-se progressivamente da data.

No terceiro tópico apresento os anos de 1940 a 1942, período em que a celebração passou a ser organizada conjuntamente pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e as comemorações foram transferidas para o Estádio do Clube Vasco da Gama, o *São Januário*. Momento áureo do ‘culto personalista’ a Getúlio Vargas, bem como da normatização e do investimento estatal nas festividades.

Finalmente, trato dos anos de 1943 a 1945, quando as celebrações foram marcadas por tensões e impasses característicos dos estertores do Estado Novo. Momento em que as vozes das oposições começavam a ser ouvidas e a Segunda Guerra Mundial chegava a seu termo.

Como base dessa investigação, foram utilizadas informações de três jornais de grande circulação: O *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e, especialmente para o ano de 1944, a *Folha da Manhã*, de São Paulo. Por meio delas, procurei observar as formas de difusão, a programação, as estratégias de atração do público e as possíveis repercussões da data em regiões mais afastadas do centro político nacional. Também foram analisadas as mensagens proferidas tanto pelos ministros do Trabalho quanto pelo presidente, nos discursos realizados durante os festejos, bem como as impressões sobre as comemorações registradas pelo cônsul britânico, presente à comemoração de 1944.

O PRIMEIRO DE MAIO: UMA DATA EM DISPUTA

Ao longo da história republicana as comemorações do Primeiro de Maio já haviam passado por transformações, sendo marcadas por disputas tanto em torno de seu significado quanto pela forma de sua celebração. Resumidamente, poderíamos dizer que, numa primeira fase, situada entre a última década do século XIX e os anos iniciais do século XX, a exemplo da versão social-democrata internacional,² as manifestações mesclavam caráter festivo e de

protesto, apresentando o dia como o grande feriado da confraternização universal, instituído em 14 de julho de 1889, quando se comemorava o centenário da tomada da Bastilha. No caso nacional, as primeiras comemorações da data, realizadas na cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1891, por iniciativa de militantes socialistas, mantinham essa postura e, não raras vezes, tornavam-se também atos patrióticos, em apoio à jovem República.³

Essa fórmula era seguida, com variantes locais, nas principais cidades do país, e os préstitos operários, reunidos logo ao amanhecer nas praças centrais, sob fogos de artifício, desfilavam pelas principais ruas, observando uma ordem que, em geral, intercalava comissões de festejos, bandas musicais, moças trazendo vestes que simbolizavam as aspirações operárias – especialmente liberdade, justiça social e redução das horas de trabalho – e grupos carregando bandeiras e estandartes representando a nação e as diversas organizações presentes, além dos trabalhadores que, vestindo suas roupas domingueiras, compareciam acompanhados de suas famílias. Durante as comemorações, líderes operários proferiam discursos e, não raras vezes, senhoritas declamavam poemas de exaltação ao trabalhador.⁴

Nas décadas iniciais do século XX, com o crescimento da influência anarquista no movimento operário nacional, o Primeiro de Maio passou a ser apresentado tanto como dia de greve geral revolucionária quanto como dia de luto, para recordar não só a execução de Engels, Spies, Fischer, Parsons e Lingg, ocorrida na cidade de Chicago, em 1887, mas de todos os que pereceram em defesa da causa operária.

As festividades socialistas e republicanas passaram então a coexistir com os *meetings* anarquistas. Longas explicações eram publicadas nos jornais das entidades operárias, que destacavam sua importância e significado, segundo a postura ideológica do grupo editor, reforçados por ilustrações e alegorias alusivas ao tema. Algumas vezes as polêmicas extravasavam as páginas dos jornais e chegavam ao confronto físico, pelas ruas das cidades.

A partir dos anos 1920, as manifestações organizadas pelas lideranças comunistas passaram a expressar tanto a necessidade de mostrar a coesão e a força política do operariado, sob a orientação do Partido Comunista do Brasil (PCB), quanto a possibilidade de ampliar alianças com lideranças de outras correntes, tornando-se assim um momento privilegiado para a demonstração do alcance da política de ‘frente ampla’.

Entretanto, além das disputas entre si, as lideranças operárias também precisaram competir com o governo, com os empresários e com a Igreja Católica pela definição da data, como ‘Dia do Trabalho’ ou do trabalhador; como

feriado ou dia de greve. Essa tendência acentuou-se quando, em 1924, o governo Artur Bernardes decretou sua transformação em feriado nacional, tornando-o “Dia do Trabalho”, alegando que, nos últimos tempos, o Primeiro de Maio havia passado a ser a exaltação do “trabalho ordeiro e útil”.⁵

Em relação aos anos iniciais da década de 1930, não aparecem na leitura das fontes indícios de grandes preocupações oficiais para com as comemorações do Primeiro de Maio. Uma das únicas considerações do novo governo em relação à data foi mantê-la entre os poucos feriados preservados, daqueles comemorados durante a Primeira República.⁶

Muito provavelmente, os efeitos da crise econômica e as prementes necessidades de reacomodação da vida política nacional tenham ocupado um espaço de maior proeminência nas demandas governamentais, bem como pode-se supor que os embates travados entre o MTIC e as agremiações operárias que ainda se mantinham autônomas fossem muito intensos, impedindo a efetiva apropriação das celebrações por parte do governo.

Com excessão do ano de 1930, no qual as apurações, demoradas e tensas, do pleito presidencial de 1º de março, estenderam-se até 22 de maio, levando à proibição, por parte da polícia da Capital Federal, de todas as manifestações públicas, aí incluídas as do Primeiro de Maio, as comemorações, até 1935, parecem ter seguido a fórmula consagrada: concentrações de associações operárias, reuniões nas praças centrais, desfiles pelas ruas das cidades, bailes, missas campais, festividades nos estabelecimentos de ensino e, especialmente em 1933, reuniões nas sedes dos efêmeros partidos operários que disputavam vagas à Assembleia Constituinte e na sede da Ação Integralista Brasileira (AIB), que também passou a comemorar a data.⁷

Apesar da aprovação, em abril de 1935, da Lei de Segurança Nacional, as celebrações do Primeiro de Maio daquele ano parecem não ter sofrido grandes mudanças. O mesmo não se pode dizer de 1936, quando o *Jornal do Brasil* informou em nota discreta que “O Dia do Trabalho, nesta capital, como no resto do país, não terá o mesmo brilho e entusiasmo dos anos anteriores, mesmo assim, serão promovidas manifestações fraternais nos diversos sindicatos e outras agremiações”.⁸ Não se divulgava, entretanto, quais seriam essas manifestações, nem se contariam com a participação de autoridades, situação que refletia a ação repressiva desencadeada pelo governo após os levantes de novembro do ano anterior.

Em 1937 o mesmo jornal publicou um encarte especial em “homenagem ao dia do trabalho”, no qual se destacava, ao centro da página, a imagem alegórica de uma mulher altiva, representando a República, amparando o jovem

trabalhador. O texto enfatizava as diferenças entre o operariado brasileiro e o de outros países, e a defesa de que no Brasil, graças ao espírito católico e à boa atuação da imprensa, que esclarecera a sociedade “sobre os perigos do comunismo”, a paz e a concórdia haviam retornado à rotina nacional. Contudo, não apareceram menções a solenidades ou comemorações relacionadas à data.⁹

A decretação do Estado de Guerra, em março de 1936, possibilitou a intervenção e o fechamento de vários sindicatos, bem como a prisão de suas lideranças, entretanto, o processo de ‘pacificação’ da sociedade civil, após vários anos de tensões, greves e movimentos armados, não poderia basear-se somente em ações de força. Um recurso poderoso para a ampliação e manutenção da legitimidade do governo deu-se pela implantação de um calendário cívico, cujas festividades foram inauguradas durante a Semana da Pátria de 1936.

Dentre essas festividades destacavam-se o *Dia da Juventude* ou *Desfile da Juventude* e a *Hora da Independência*. Na primeira, estudantes desfilavam em uniformes de ginástica e, na segunda, um gigantesco coral entoava, sob a regência de Heitor Villa-Lobos, hinos pátrios e canções de cunho nacionalista. Essas cerimônias, realizadas inicialmente em espaço aberto, também foram transferidas para o Estádio do Vasco da Gama. Segundo Maurício Parada, “o gerenciamento da multidão era a principal preocupação e, em função disso, consolida-se uma tecnologia para lidar com as grandes massas urbanas que, anteriormente às grandes concentrações cívicas, se restringia à ação policial”.¹⁰

Para o tema em questão, a realização dessas festividades interessa por dois motivos: o primeiro é que elas permitem observar a criação de um espaço cênico no qual o poder público, a partir de uma apropriação crescente das manifestações cívicas, controla e disciplina a participação popular, ao mesmo tempo em que emite seu discurso pedagógico e legitimador. O segundo motivo relaciona-se à ampliação do aparato burocrático, até mesmo com gastos crescentes nos orçamentos dos órgãos envolvidos e com o estabelecimento de *know-how* para a realização das cerimônias. Portanto, a organização das comemorações do Primeiro de Maio no Estado Novo inserem-se em um planejamento mais amplo e normatizado das festividades cívicas nacionais.

O PRIMEIRO DE MAIO NO CALENDÁRIO CÍVICO NACIONAL

Embora não sendo realizadas sob ‘monopólio estatal’, as celebrações do Primeiro de Maio de 1938 na Capital Federal ocorreram sob ‘liberdade vigiada’, pois, por ordem da Chefatura de Polícia, não poderia ocorrer qualquer tipo de manifestação pública ou ocupação, sob qualquer pretexto, das ruas da

cidade. Dessa forma, os sindicatos e demais agremiações, que tinham seu funcionamento assegurado por lei, promoveram ‘sessões cívicas’, seguidas de bailes e outras festividades.

A novidade decorreu do fato de que o governo aproveitou o ensejo para assinar dois decretos, o primeiro regulamentando a formação de 22 comissões – representando cada estado, o Distrito Federal e o território do Acre –, as quais iriam assessorá-lo no estabelecimento do salário mínimo a ser futuramente implantado, e o segundo dispondo sobre a isenção do imposto para aquisição e construção de casas para operários.¹¹ Observa-se, assim, que aquele Primeiro de Maio, o primeiro do Estado Novo, mereceu algum cuidado em sua preparação e difusão, marcando uma nova relação do governo com a data. Na interpretação de Angela de Castro Gomes, o dia passou a fazer parte do ‘tempo festivo’ inaugurado pelo regime.¹²

Apesar do acanhamento da cerimônia, que nem de longe rivalizou com as grandes solenidades das Semana da Pátria de 1936 e 1937, nota-se algum esmero na solenidade realizada no Palácio da Guanabara. Por meio da cobertura do jornal *Correio do Povo*, fica-se sabendo que Vargas se fez acompanhar dos ministros de Estado, de autoridades civis e militares e de representantes dos sindicatos patronais e de trabalhadores.

A ênfase do discurso presidencial, tornando a data um misto de prestação de contas e de propaganda dos atos de seu governo, recaiu no desejo de que a comemoração não “se limitasse a palavras, mas que fosse traduzida em fatos e atos que constituíssem marcos imperecíveis na marcha e na evolução das leis sociais do Brasil”, complementando que “O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social”.

As afirmações do ato de trabalhar como fonte de dignidade e do trabalhador como merecedor de justiça social apareciam nas falas das autoridades pelo menos desde os momentos iniciais da vida republicana nacional. A novidade do discurso varguista era a apresentação desse postulado como política de Estado.

Entretanto, para além da defesa da dignificação operária, o discurso presidencial apontava para outras necessidades urgentes: a diversificação da produção e a formação de mercado consumidor interno. Assim, seguia, “é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá elevando o

seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno”.¹³

Esses trechos permitem entrever os novos significados atribuídos ao Primeiro de Maio. Ao longo dos anos seguintes o governo utilizará a data como um momento privilegiado para dirigir-se aos trabalhadores, aos empresários e à sociedade, buscando estabelecer diretrizes e apontar rumos sociais e econômicos a serem seguidos.

Ainda segundo o jornal *Correio do Povo*, em outras capitais o Primeiro de Maio foi marcado por solenidades, apresentações de bandas musicais, desfiles com a presença de interventores e autoridades militares e por missas campais que reuniram grandes quantidades de público. Segundo nota do *Jornal do Brasil*, o interventor do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias, recebeu autorização do governo federal para transportar gratuitamente os operários do interior para Porto Alegre, a fim de participarem das festividades do Primeiro de Maio. Pode-se deduzir que os interventores dos outros estados tenham sido autorizados a tomar medidas semelhantes.¹⁴

Em 1939, as comemorações do Primeiro de Maio tiveram um significativo incremento em sua preparação e divulgação. As celebrações no Distrito Federal ocorreram na Esplanada do Castelo, local por si só carregado de significado, por remeter ao antigo Morro do Castelo, onde se teria iniciado a ocupação da cidade. Ali, na década de 1930, foram edificadas as sedes de vários ministérios, inclusive o recém-inaugurado Palácio do Trabalho, Indústria e Comércio.

Dias antes, a imprensa começou a noticiar os preparativos da “grande parada proletária em homenagem ao presidente Vargas” e a divulgar as instruções para “seu maior brilhantismo”. Com base nessas orientações pode-se observar a forma de apresentação e o sentido pretendido à comemoração. Caberia a cada sindicato conclamar seus associados a comparecerem à concentração na Praça Paris, às 14 horas, para dali saírem organizados rumo ao desfile, que se iniciaria às 15 horas.

O desfile em frente ao Palácio do Trabalho foi aberto pela comissão executiva da União dos Sindicatos, que conduziu a Bandeira Nacional; logo após vieram os estandartes das Federações, ladeados pelas respectivas comissões executivas, verificando-se a transformação da data em momento privilegiado de culto à nação, apagando-se qualquer alusão ao seu caráter internacionalista.

Na sequência desfilaram os sindicatos com seus respectivos estandartes, carregados por associados, formados em colunas de oito, entoando o Hino Nacional. Pela cobertura jornalística, sabe-se ainda que cada sindicato desig-

nou uma comissão de dez membros para exercer o controle de seus filiados, responsabilizando-se por sua presença e disciplina.

Ao ministro do Trabalho coube a realização dos entendimentos necessários com as entidades patronais, bem como com a Prefeitura e a Polícia do Distrito Federal, para que o desfile, que se pretendia gigantesco, pudesse ocorrer sem maiores percalços. Além disso, também coube a Valdemar Falcão – que esteve à frente do MTIC de novembro de 1937 a julho de 1941 – conclamar os trabalhadores pelo rádio.

Todavia, o controle e a colaboração ambicionados pelo governo não eram absolutos. Entre as orientações aos trabalhadores lia-se este texto:

Aproveitamos a oportunidade para avisar aos inimigos do regime, escondidos no anonimato, que o proletariado, unificado em torno do Estado Novo e do seu grande chefe Getúlio Vargas, não permitirá a intromissão de elementos estranhos nas classes e, principalmente, a de antigos extremistas que, sabotando o noticiário da grande parada de Primeiro de Maio, ainda pretendem criticar as deliberações das assembleias sindicais.

Pode-se inferir que a oposição sindical ainda encontrava algumas brechas para manifestar-se contra o regime. Mas esse não era o único problema enfrentando pelo MTIC, pois era preciso contar também com a boa vontade patronal. Com essa finalidade, o ministro apelou “aos estabelecimentos comerciais e industriais, casas de diversões públicas, para cerrarem suas portas entre 12 e 17 horas desse dia, para que todos os seus empregados possam participar da imponente demonstração cívica”.¹⁵ Observa-se assim que o feriado, instituído em 1924 e confirmado em 1930, ainda não era respeitado pela maioria do empresariado, obrigando o governo a negociar para que a festividade pudesse contar com o maior número possível de trabalhadores.

Anunciando, pelas rádios e jornais, a assinatura de dois novos decretos: “o primeiro criando a Justiça do Trabalho e o segundo criando refeitórios populares para trabalhadores e escolas profissionais para os filhos dos operários”, o governo comprovou seu poder de convocatória. A versão divulgada pelo *Correio do Povo* enfatizou a grandiosidade da comemoração:

muito antes da hora marcada para o início do desfile já se comprimia na praça em frente ao Ministério uma multidão calculada em cem mil pessoas. No horário marcado iniciou-se o desfile. Nele, ao passarem pela sacada, os representantes dos sindicatos, portando seus estandartes, saudavam com salvas de palmas o

presidente da República e davam vivas ao Estado Novo. O sindicato dos artistas entregou ao presidente um arranjo de flores.

Novamente, a questão de maior interesse para essa análise não é a assinatura dos decretos, até mesmo porque seu trâmite foi longo e a instituição da Justiça do Trabalho só ocorreu, de fato, em maio de 1941, quando um novo anúncio de sua implantação foi realizado. O que interessa neste ponto é tratar do incremento e da inegável transformação da comemoração em evento de massas. Mesmo que haja exagero na divulgação do cálculo de cem mil participantes, a data serviria como momento de demonstração de força, tanto para os adversários quanto para os aliados recalcitrantes, além de passar por profunda ressignificação, sendo apresentada como homenagem dos trabalhadores a Vargas.

A ênfase da fala de Vargas recaiu na comparação entre as conquistas desencadeadas pelo “movimento vitorioso de 1930” e o “abandono em que se encontrava o trabalhador durante a República Velha”. Essa ideia pode ser observada, de forma exemplar, na parte final de seu discurso:

Trabalhadores: como vedes, no regime vigente, participais diretamente das atividades organizadoras do Estado, em contraste flagrante com a situação anterior a 1930, quando os vossos interesses e reclamos não eram, sequer, ouvidos e morriam abafados nos recintos estreitos das delegacias de polícia. Hoje tendes, no maior e mais belo edifício público do país, a vossa própria casa, e nela penetrais sem constrangimento.

Ainda segundo a cobertura do *Correio do Povo*, pode-se notar que nas regiões mais afastadas do centro do país as comemorações também passaram por significativo incremento. Em Porto Alegre, por exemplo, o jornal noticiou a participação de entidades operárias em um grande cortejo pelas ruas da cidade, portando dísticos em que se liam mensagens como: “o operário é o propulsor do progresso”; “levanta-te trabalhador, todas as máquinas do mundo não valem um só operário”. Nesse cortejo ainda “figuravam dois andores com o retrato do Sr. Getúlio Vargas, rodeado de flores. Cada um deles tinha palavras de agradecimento a sua excia., pelo interesse tomado em favor das classes trabalhistas”.¹⁶

No exemplo observa-se a afirmação da importância do trabalhador para a construção do Estado nacional, ideário caro às lideranças operárias e propagado pelo regime, combinada a um incipiente culto personalista a Vargas. Nos anos seguintes essa postura foi ampliada e normatizada, com a participação do

DIP na organização das festividades.¹⁷ Como parte desse novo ordenamento, na Capital Federal, as festividades foram transferidas para o Estádio do Vasco da Gama, então a maior arena desportiva da cidade. No *São Januário* foram realizadas as festividades de 1940 a 1942 e, novamente, em 1945.

O PRIMEIRO DE MAIO COMO ‘ESPETÁCULO DO PODER’¹⁸

As comemorações de 1940 foram organizadas pelo Departamento Nacional do Trabalho (DNT), órgão do MTIC, em colaboração com o DIP. Pelas informações publicadas na imprensa, fica-se sabendo que a “grande concentração trabalhista no campo do Vasco da Gama” estava prevista para as 15 horas, e que ônibus e bondes especiais partiriam de diversos pontos da cidade, conduzindo gratuitamente os trabalhadores e suas famílias ao local.

Observa-se, pela cobertura jornalística, a preocupação com a distribuição dos trabalhadores no espaço do Estádio, sendo informado que os estandartes dos sindicatos seriam estendidos nas arquibancadas, em torno dos quais os trabalhadores de cada agremiação deveriam se agrupar. Em relação a essa medida, pode-se supor que, como no ano anterior, os sindicatos teriam comissões de disciplina e controle e, além disso, que possivelmente se estabeleceria uma competição entre as agremiações, uma vez que, pelo número de trabalhadores arregimentados, seria possível observar o interesse da categoria e o poder de convocatória de cada diretoria sindical.

Da extensa programação, cuja ênfase recaiu na participação de artistas do rádio e do teatro, constavam apresentações do Hino Nacional, discursos das autoridades e entrega de diplomas de honra ao mérito a empresários que se adequaram às normas e mantinham refeitórios para seus empregados. Dentre os nomes mais aclamados estavam Itália Fausta, uma das mais importantes atrizes do teatro brasileiro daquele momento, e Carlos Galhardo, um dos principais cantores da era do rádio, interpretando a *Canção do trabalhador*, composta por Ari Kerner especialmente para ser lançada na data, tendo como mensagem, como se pode observar neste trecho, a exaltação do ato de trabalhar e da lealdade dos trabalhadores para com a grandeza do país:

*Somos a voz do progresso
E do Brasil a esperança.
Os nossos braços de ferro
Dão-lhe grandeza e pujança.*

*Seja na terra fecunda,
Seja no céu ou no mar.
Sempre estaremos presentes,
Tendo na Pátria o altar.¹⁹*

Podia-se ler ainda, na cobertura do *Jornal do Brasil*, que diversos cinemas da Capital “desejando associar-se às comemorações do Dia do Trabalho, promoverão hoje das 10 às 12 horas, sessões cinematográficas para os filhos dos operários”, e que as sessões das 20 e 22 horas do Teatro Apolo também seriam dedicadas a “monumentais espetáculos ao proletariado nacional”.

Dessas atrações pode-se interpretar que significavam, por um lado, o crescente investimento do governo em nomes que levassem multidões ao Estádio e, por outro, que esta poderia ser a contrapartida dos ‘trabalhadores’ do rádio, cinema e teatro, que durante o Estado Novo foram beneficiados por decretos e normas governamentais, como, por exemplo, a Lei Getúlio Vargas, que regulamentava o recebimento dos direitos autorais (Capelato, 2006, p.130). Também não se pode desconsiderar que uma apresentação para tamanho público, em um momento no qual boa parte da vida cultural do país estava sob controle do governo, poderia significar um importante estímulo à carreira.

Atrações artísticas à parte, a apoteose pretendida para o evento era o pronunciamento de Vargas que, naquele ano, finalmente anunciou a instituição do salário mínimo nacional. Em seu discurso a questão foi abordada desta forma:

Procuramos, por esse meio, assegurar ao trabalhador remuneração capaz de proporcionar-lhe o indispensável para o sustento próprio e da família. O estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando, no decorrer do tempo, os índices de saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso.

A mensagem apresentou também uma resposta ao empresariado que, ao longo de 1939, havia criticado a regulamentação estatal do salário. Sobre essa questão afirmou que o que se buscava era “a elevação do nível de vida que eleva, igualmente, a capacidade aquisitiva das populações e incrementa ... as indústrias, a agricultura e o comércio, que verão crescer o consumo geral e o volume da produção”.²⁰

Em 1941 realizou-se a última celebração do Primeiro de Maio com Val-

demar Falcão à frente do MTIC. Esta foi apresentada como “concentração operário-esportiva e grande homenagem ao presidente Vargas”, na qual seria instituída a Justiça do Trabalho.

Entretanto, na manhã daquele dia, como primeiro compromisso oficial, Vargas dirigiu-se à Praça Onze de Junho, onde seria iniciada a edificação de um monumento elaborado ‘pelo elemento proletário’ em homenagem ao governo, sendo então saudado por representantes sindicais, havendo em seguida uma apresentação de canto orfeônico.

É interessante lembrar que a Praça Onze – tradicional ponto de encontro de sambistas e de escolas de samba da Cidade e um dos mais importantes locais das celebrações do Primeiro de Maio, ao longo da Primeira República – desapareceu poucos meses após a solenidade mencionada, dando lugar à construção da Avenida Presidente Vargas.

Na parte da tarde, as festividades ocorreram sob a coordenação do DNT, do MTIC, e a imprensa publicou, pela primeira vez, uma extensa regulamentação de como deveriam se portar e desfilar cada uma das representações, incluindo a orientação detalhada dos portões do estádio a serem utilizados para entrada de cada grupo. Da programação destacam-se, além das apresentações artísticas, a execução do Hino Nacional e o discurso de Vargas; a realização de duas partidas de futebol, uma entre jogadores profissionais, representando as zonas Norte e Sul da cidade, e outra entre trabalhadores de distintas categorias profissionais.

O desfile das delegações de ‘atletas operários’ de vários ofícios foi bastante anunciado pela imprensa. Segundo o *Jornal do Brasil*, a exibição permitiria uma “visão nova das condições físicas e educacionais de nossos trabalhadores”; dele também participaram jovens da Escola de Educação Física do Exército, delegações de soldados e marinheiros, acompanhados pela banda do Corpo de Fuzileiros Navais. Outra importante inovação foi a apresentação de uma esquadilha da recém-criada Força Aérea Brasileira (FAB), que às 15 horas sobrevoou o estádio, fazendo uma exibição de manobras aéreas.

Muito já foi dito sobre a relação entre o preparo físico dos trabalhadores e a militarização do mundo do trabalho, refletida na expressão ‘soldados da produção’, utilizada nos textos dos ideólogos do Estado Novo e em alguns discursos de Vargas. A questão foi discutida, por exemplo, em meados da década de 1980, por Alcir Lenharo, para quem essa ocorrência não era nem episódica nem acidental, pois “o cuidado com a militarização do corpo que trabalha constitui o eixo das preocupações daqueles que desejavam a própria corporização da ordem social”.²¹

Entretanto, cumpre observar que, no que diz respeito às festividades do Primeiro de Maio, a estética e a exaltação militar estiveram presentes nas edições de 1941 e, ainda mais fortemente, de 1942, desaparecendo logo em seguida, o que permite supor que esse projeto, embora bastante propalado nos textos teóricos, não logrou grande êxito prático, sendo abandonado após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

A contribuição do DIP para o incremento das festividades de 1941 foi a transmissão, pela primeira vez em cadeia nacional de rádio, dos discursos de Vargas e de Valdemar Falcão, retransmitidos em ondas curtas para fora do país. A partir de então as solenidades da Semana da Pátria, durante o Estado Novo, também passaram a contar com esse ‘prodígio da técnica’.

Naquela edição houve uma grande preocupação com o controle dos movimentos externos ao estádio, com a concentração das delegações nas ruas adjacentes, com os trajes dos atletas e com toda a ‘economia dos gestos’ ao longo do desfile e especialmente no momento de saudação a Vargas. Sendo assim, os participantes foram informados de antemão de como deveriam proceder:

A formação de cada representação, tendo à frente a Bandeira Nacional, será feita em coluna por seis; ao atingirem a primeira bandeira branca, a um silvo do apito do chefe, farão a saudação ao Presidente da República da maneira seguinte: será desfraldada a Bandeira Nacional e abatida a da representação e assim conservadas até atingirem a segunda bandeirola branca; os componentes das representações executarão o ‘olhar à direita’.

Como constatou Bronislaw Baczko, “a função do símbolo não é apenas de instituir distinções, senão também de introduzir valores e de modelar condutas individuais e coletivas”.²² Nesse caso, a larga utilização da Bandeira Nacional, tanto no Primeiro de Maio quanto nas demais festividades do calendário cívico, exalta a pretendida unidade nacional, reforçada pela proibição do uso dos símbolos estaduais, bem como de todos aqueles associados às ‘ideologias exóticas’, combatidas pelo regime, e pela inexistência de canais institucionais de participação coletiva.

Do discurso de Vargas, cabe salientar a usual prestação de contas e a reafirmada coerência entre sua chegada ao poder, em 1930, e as realizações daquele ano, procurando demonstrar que a criação da Justiça do Trabalho seria o coroamento de um projeto mais amplo, iniciado com a ‘Revolução’. Exemplar, nesse sentido, é a parte na qual afirma que “desde o dia distante da criação

do vosso Ministério temos, sem repouso, procurado amparar o obreiro nacional, garantir-lhe os direitos e estipular-lhe os deveres”. E, ao declarar instalada a Justiça do Trabalho, define-lhe como “missão ... defender de todos os perigos a nossa modelar legislação social-trabalhista, aprimorá-la pela jurisprudência coerente e pela retidão e firmeza das sentenças”.²³

Além da programação já consagrada – futebol, apresentações artísticas, aclamação à Bandeira e a Vargas – as comemorações do Primeiro de Maio de 1942 apresentaram duas novidades: a primeira, a presença de Alexandre Marcondes Filho, proveniente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (Daesp), como ministro do Trabalho, função que exerceu de dezembro de 1941 até a deposição de Vargas, em outubro de 1945. A segunda, a apresentação do evento como ‘comício cívico-militar’.

A imprensa destacou que as seguintes apresentações ocorreriam, a partir das 14 horas, no Estádio do Vasco da Gama: “exercícios de defesa pelas forças de artilharia antiaérea e do corpo de bombeiros, demonstrações de eficiência das forças mecanizadas do Exército, Evoluções de Esquadrilhas da FAB, desfile de trabalhadores militarizados”.

Cabe notar que mesmo que a declaração de guerra só tenha ocorrido em agosto, em final de janeiro o governo brasileiro, atendendo a deliberação da Segunda Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo. Assim sendo, a celebração do Primeiro de Maio de 1942 ocorreu sob o impacto da participação brasileira no conflito mundial e da óbvia tentativa de capitalização política dessa participação.

Procurou-se então reforçar a disciplina, a ordem e o respeito à hierarquia como valores da ‘pátria em guerra’. Essa postura refletiu-se no cuidado com a ocupação do espaço no interior do Estádio. Dessa forma, antes de chegarem ao local, os participantes já estavam informados de que “As gerais do estádio foram reservadas para o povo; as arquibancadas para os sindicatos; as tribunas especiais, para os tiros de guerra, isto é, para os trabalhadores militarizados, e nas tribunas de honra os sócios do Vasco e as altas autoridades civis e militares”.

Sob a coordenação do DIP estava prevista novamente a transmissão em cadeia nacional dos discursos de Marcondes Filho e de Vargas. Entretanto, a maior novidade dizia respeito à superação de problemas técnicos que provavelmente tenham ocorrido em anos anteriores. A notícia foi apresentada da seguinte forma: “a divisão de rádio do DIP encarregou-se do serviço de eletro acústica no Campo do Vasco da Gama, realizando, dessa vez, o mais comple-

to e perfeito serviço de amplificação”, para que fosse ouvida “com toda nitidez e clareza a palavra do presidente Getúlio Vargas”.

O que não se poderia prever é que Vargas, em decorrência de um acidente automobilístico, faltaria ao encontro, e que a única voz ouvida seria a de Marcondes Filho, que leu o discurso do chefe do governo. Antes, entretanto, fez sua saudação, falando “em nome dos trabalhadores” a Vargas, numa versão na qual o Primeiro de Maio foi apresentado como o dia de festejar “uma legislação social livremente outorgada pela clarividência de um gênio político”.

O discurso de Vargas, repercutindo a situação internacional, centrava-se na necessidade de aumentar a produção: “nossa tarefa, nas lavouras, nas manufaturas, nas minas e estaleiros é preencher os claros da importação e fabricar em quantidades exportáveis o que apenas bastava ao consumo interno”. Ao finalizar, reforçava o apelo nacionalista: “Soldados somos todos e é nosso dever enfrentar a gravidade da hora presente para merecermos que as gerações vindouras lembrem-se de nós com orgulho porque trabalhamos cheios de fé, sem duvidar do destino imortal da Pátria Brasileira”.²⁴

As festividades de 1942 representaram o ápice da normatização e do investimento estatal nas celebrações do Primeiro de Maio e marcaram, ao mesmo tempo, o período de início da perda do controle das manifestações públicas por parte dos órgãos governamentais. Exemplos disso são as concentrações de populares no entorno do Palácio Guanabara, em solidariedade a Vargas enquanto convalescia, e, em junho, a realização da passeata/desfile da União Nacional dos Estudantes (UNE) pela entrada do Brasil na Guerra.

O PRIMEIRO DE MAIO NO FINAL DO ESTADO NOVO

Outro indício das mudanças que se operavam é o retorno, em 1943, da celebração do Primeiro de Maio à Esplanada do Castelo, quando as festividades foram apresentadas como ‘movimento cívico-trabalhista’ e vários sindicatos convidaram seus associados a se reunirem às “13 horas, ao Largo da Carioca, a fim de hipotecarem integral apoio à atitude serena do presidente Getúlio Vargas, em defesa de nossa integridade e de nosso querido Brasil”.

Mesmo o feriado caindo em um sábado, voltou a repetir-se o problema da dispensa dos trabalhadores, sendo a vez de Marcondes Filho negociar com o empresariado para que os estabelecimentos fossem fechados ao meio-dia, permitindo assim maior adesão à solenidade.

Segundo a descrição do *Jornal do Brasil*, durante a festividade, uma grande bandeira brasileira cobriu parte da fachada do Ministério do Trabalho, e

quinhentas moças uniformizadas de branco formaram a guarda de honra do edifício, trazendo cada uma a Bandeira Nacional, opção que parece mesclar tanto a ênfase nacionalista da celebração quanto seu caráter ordeiro e pacífico, representado pela idealização da presença feminina na solenidade.

Na alameda em frente, no primeiro plano, ficaram os operários da usina de Volta Redonda que conduziam o seguinte dístico: “Volta Redonda a maior realização do Brasil: Getúlio Vargas seu idealizador e construtor”.

Novamente procedeu-se ao desfile das agremiações e sindicatos e às apresentações artísticas, seguidas da saudação a Vargas, proferida por Marcondes Filho. Segundo o ministro, as comemorações voltaram a ocorrer na Esplanada do Castelo porque foi naquele local que, em 1929, o então candidato a presidente Getúlio Vargas ‘empenhou sua palavra’ em prol das garantias trabalhistas. Nessa versão, fechava-se um ciclo de realizações com o estabelecimento da Consolidação das Leis do Trabalho, e naquele momento ocorria o retorno ao “solo sagrado no qual as promessas são realizadas”.

Também se pode cogitar que a realização de uma cerimônia mais ‘cívica’ e menos ‘militar’ marcava uma estratégia de distanciamento da estética nazifascista e de qualquer relação com os países do Eixo. Essa ideia é reforçada numa passagem do discurso de Vargas, quando ele afirma que “Dentro de dez dias terá decorrido um lustro da primeira tentativa feita no Brasil, segundo os métodos e a inspiração nazista, para subversão da ordem ... A conspiração integralista fracassou, mas só hoje é possível imaginar a que triste condição estaríamos reduzidos se tivesse logrado êxito.

Vargas ofereceu então o episódio da derrota do movimento golpista, ocorrido em 11 de maio de 1938, conhecido como *Putch* integralista, como exemplo da luta brasileira contra o nazismo, sem obviamente mencionar a colaboração anterior entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e seu governo.

Mas a ênfase de seu discurso recaiu na necessidade de arregimentação de associados por parte dos sindicatos. A meta seria a de “fazer com o que o número de sindicalizados se eleve até atingir todos os trabalhadores”; declarando que “estamos em guerra. Isto quer dizer empenhados numa luta decisiva para os destinos da Pátria. Quem não estiver conosco estará contra nós. Com os homens do trabalho sei que posso contar”,²⁵ deixando entrever o aprofundamento das tensões e dissidências que poriam em xeque sua permanência no poder.

Em 1944, Vargas participou das celebrações do Primeiro de Maio em São Paulo. Naquele ano não ocorreram festividades oficiais no Rio de Janeiro. Na capital do país houve somente a “instalação de alto-falantes em vários pontos

da cidade para a retransmissão da festa trabalhista do campo do Pacaembu” e “sessões cinematográficas especialmente dedicadas ao elemento proletário”.²⁶

No discurso de Vargas, sua participação na festividade paulista justificava-se pela “necessidade de atender ao apelo de quase meio milhão de trabalhadores da cidade” e pelo reconhecimento à “conduta exemplar” dos trabalhadores locais, que não promoveram “nem greves, nem perturbações, nem desajustamentos”, pois compreenderam “com a mesma inteireza de ânimo posta no desempenho das tarefas cotidianas, as graves circunstâncias que atravessamos”.

Segundo o jornal *Folha da Manhã*, “Desde a saída do campo de Congonhas enorme multidão se apinhava nas vias públicas a fim de saudar o presidente que foi, então, vivamente ovacionado”.²⁷ Conforme a mesma fonte, da programação constaria jogo de futebol entre times de trabalhadores de São Paulo e Rio de Janeiro; desfile das delegações sindicais do interior do estado com seus estandartes e dísticos em sudação a Vargas; apresentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal e apresentação de *ballet* clássico, numa versão em que ‘o popular e o erudito’ se encontrariam, contribuindo para a ‘grandeza do evento’.

Às 16 horas, com a chegada de Vargas, ocorreria, simultaneamente, a execução do Hino Nacional, uma revoada de pombos e a homenagem da torcida do São Paulo Futebol Clube, que formaria na arquibancada um cartaz com a imagem de Cristo dentro de um grande V, e os dizeres: “a alma brasileira junto ao coração do Soldado Expedicionário”; em seguida o interventor Fernando Costa faria sua saudação a Vargas e Marcondes Filho falaria em nome dos trabalhadores.

A cobertura jornalística não permite vislumbrar a ocorrência de situações constrangedoras. Nessa versão, a solenidade teria transcorrido na mais perfeita ordem e contado com grande entusiasmo popular. Todavia, o cônsul britânico Robert T. Smallbones,²⁸ presente à tribuna de honra, oferece, em relatório enviado ao governo de seu país, uma visão muito distinta dos fatos. Ele inicia seu relato falando sobre a expectativa de que em seu discurso Vargas “fizesse um pronunciamento político importante, prenúncio de mudanças radicais no regime”.

Tal não ocorre, frustrando as expectativas do diplomata que passa a relatar os ‘artifícios’ usados pelas autoridades para atrair os trabalhadores ao evento. Dentre eles estariam o fornecimento gratuito de alimentação e transporte e a promessa de que não haveria descontos nos salários. Mesmo assim a res-

posta teria sido insuficiente, levando as autoridades a promoverem o já mencionado jogo de futebol, imediatamente após os discursos.

Essa parte do relatório não chega a conter nenhuma novidade, apenas apresenta, em tom crítico, aquilo que na cobertura jornalística aparece como a ‘grandiosa programação’ do evento, apontando para a recorrência de estratégias há muito utilizadas na realização das comemorações.

O dado inédito encontra-se em outra parte do documento, na qual o cônsul explica que, ao terminar seu discurso, Vargas teria consultado o comando policial e decidido realizar a usual volta ao campo, em saudação aos presentes. Ocorre que, mesmo com todas as estratégias de atração do público, existiriam grandes espaços vazios e momentos em que, por isso, os aplausos não seriam ouvidos, dificultando a tarefa da equipe de rádio-transmissão do DIP, que precisou condicionar o ritmo do automóvel, ora mais rápido, ora mais lento, conforme a quantidade de aplausos recebidos.

E, para não restar dúvida, acrescentou que os aplausos reais só ocorreram quando o presidente retirou-se e se iniciou a partida de futebol, finalizando seu relato com a impressão de que, se não fossem coagidos ou subornados, os operários não dariam um passo para ouvir os discursos sobre os benefícios conferidos ou prometidos pelo regime.

Para além da decepção com o pouco comprometimento democrático do aliado incômodo, o relatório indica alguns dos motivos que podem explicar a realização das festividades em São Paulo. O principal deles seria a busca de maior aproximação entre o MTIC e as agremiações trabalhistas do estado mais industrializado do país, num momento em que o governo aprofundava, sem muitos resultados efetivos, sua política de sindicalização, e se prenunciava o retorno de disputas ideológicas no interior da organização sindical. Situação que se reflete na parte do discurso em que Vargas dirige seu reiterado apelo para que os sindicatos reconhecidos “representassem, realmente, um número de associados que fosse a expressão total de cada atividade”.

Contudo, a parte da fala presidencial que desapontou o representante britânico e que, segundo ele, não provocou nenhum entusiasmo nos presentes, foi esta: “a liberdade, no sentido estrito de franquias políticas não basta para resolver a complexa questão social. Sem a independência econômica converte-se quase sempre em licenciosidade e ludibrio para o povo, que não mata a fome com o direito de voto, nem educa os filhos com direito de reunião”.²⁹

Ainda seria necessário aguardar até o ano seguinte para ouvir de Vargas o esperado anúncio de redemocratização do país.

A última celebração do Primeiro de Maio do Estado Novo voltou a ocor-

rer no Estádio do Vasco da Gama, sob o formato ‘cívico-artístico-desportivo’. Da programação constavam os desfiles de delegações sindicais, escoteiros, bandas militares e de fábricas e apresentações de ginástica, canto orfeônico e a novidade da edição: a presença do Serviço Nacional da Indústria (Senai) que, instituído por decreto presidencial, em janeiro de 1942, comparecia com uma delegação de mil alunos. Essa apresentação foi saudada pela imprensa como uma demonstração da vitoriosa parceria do Estado com o empresariado.

Entretanto, o que mais chama atenção é o fato de que naquele momento os noticiários dos jornais já apresentavam a movimentação em torno do processo eleitoral e as informações a respeito dos dois pré-candidatos que iniciavam suas campanhas e refletiam as críticas cada vez mais abertas da oposição ao regime que findava.

Como não poderia deixar de ser, o discurso de Vargas procurou responder a essas críticas, elaborando, como de costume, um balanço positivo de suas ações no campo social em comparação ao que existia durante a Primeira República e procurando demonstrar o controle exercido por seu governo nos rumos do processo de redemocratização do país. O anúncio das medidas esperadas pelo cônsul britânico, no ano anterior, foi então realizado: “Já fiz a minha parte na grande tarefa de mobilizar, para o engrandecimento comum, as forças criadoras da nacionalidade. Ultimada a recomposição política e reajustados os quadros governamentais, retornarei às atividades de simples cidadão, recolhendo-me à vida privada”. Entretanto, apesar do pretense controle governamental, o discurso deixava entrever que embates cada vez mais contundentes vinham sendo travados:

A demagogia profissional e a agitação facciosa dos saudosistas do poder não conseguiram impressionar a opinião pública que não se ilude mais com os processos do sensacionalismo jornalístico ... o pronunciamento das urnas virá liquidar esses remanescentes de mentalidade retardada e do partidarismo provinciano, que parecem ter adormecido em 1930 e acordado em 1945.

Vargas finalizou sua fala com a promessa de que “qualquer tentativa de perturbação da ordem, será reprimida severamente ... realizarei as eleições e passarei o poder a quem for legitimamente eleito pelo povo”. Como se sabe, o desenrolar do processo político tratou de desmenti-lo poucos meses depois.³⁰

Retomo, para concluir, algumas proposições anteriormente esboçadas. A primeira delas é a de que as celebrações do Primeiro de Maio, assim como de outras datas importantes, foram progressivamente apropriadas, contribuindo

significativamente com o esforço pedagógico e de legitimação realizado pelo regime. Os significados atribuídos e as formas de apresentação da data se modificaram conforme as diferentes conjunturas do período.

As celebrações serviram para apontar rumos sociais e econômicos, demonstrar força, propagandear a pretendida coerência do ‘projeto governamental’ e, progressivamente, cultuar a figura de Vargas. As concentrações, dependendo do contexto, foram apresentadas como ‘movimento cívico-trabalhista’, ‘comício cívico-militar’ e como ‘ato cívico-artístico-desportivo’. Embora variando na ênfase, tiveram em comum a combinação de diversões populares com a exaltação cívico-nacionalista e do governo, bem como a busca permanente da normatização e controle da presença e da participação do público, a quem o papel destinado seria o de espectador.

Contudo, embora os rituais tenham passado por profunda reconfiguração, mantiveram parte dos traços anteriores, observando-se, por exemplo: as concentrações em praças públicas, a realização dos desfiles operários, mesmo que combinados a outros elementos e realizados de forma alegórica; a presença dos estandartes das agremiações, agora subordinados à Bandeira Nacional, e do elemento feminino, simbolizando as aspirações nacionais. Tal combinação de elementos, apoiada em uma ampla rede de propaganda, ajuda a explicar a presença dos trabalhadores nas celebrações.

NOTAS

¹ Discussão desenvolvida no projeto de pesquisa “Imagens e mensagens do Primeiro de Maio: disputas e transformações nas representações da data ao longo do período republicano brasileiro”, realizado com financiamento do CNPq.

² Sobre os rituais internacionais ver: DOMMANGET, M. *Historia Del Primero de Mayo*. Barcelona: Laia, 1976; SÉGUY, G. *1er Mai – Les 100 printemps*. Paris: Messidor; Éd. Sociales, 1989; PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.127-164.

³ Sobre as primeiras comemorações, publicadas na imprensa operária, ver: PETERSEN, S. R. F. *Origens do Primeiro de Maio no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; MEC, 1981.

⁴ Para exemplos ver: para o Rio de Janeiro: ARÊAS, L. As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930). *História Social*, Campinas (SP): IFCH/Unicamp, n.4/5, 1997/1998; e, para Porto Alegre: BILHÃO, I. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: Eduel, 2008. p.204-238.

⁵ BERNARDES, Artur da Silva. Mensagem ao Congresso Nacional, segunda sessão da dé-

cima segunda legislatura. Rio de Janeiro, 1925, p.30. Disponível em: brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1317/000003.html.

⁶ O governo provisório reduziu de 12 para 6 o número de feriados nacionais. O 1º de Maio manteve-se como dia “consagrado à confraternização universal das classes operárias”, designação recebida em 1924. Ver CINTRA, F. A. *Os feriados da República*. Rio de Janeiro, 1934. p.10.

⁷ Exemplos de solenidades divulgadas pelo *Jornal do Brasil*, 30 abr. 1933, p.6.

⁸ *Jornal do Brasil*, 1º maio 1936, p.7.

⁹ *Jornal do Brasil*, 1º maio 1937, p.6 e 11.

¹⁰ PARADA, M. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Tese (Doutorado em História) – PPG-História, UFRJ. Rio de Janeiro, 2003. p.25. Publicado como: _____. *Educando Corpos e criando a nação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC; Apicuri, 2009.

¹¹ *Correio do Povo*, 1º maio 1938, p.1 e *Jornal do Brasil*, 1º maio 1938, p.7.

¹² GOMES, A. C. A invenção do trabalhismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p.200.

¹³ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 maio 1938, p.1.

¹⁴ Respectivamente *Correio do Povo*, 3 maio 1938, p.1 e *Jornal do Brasil*, 30 abr. 1938, p.7.

¹⁵ Sobre os preparativos das festividades de 1939, ver: *Jornal do Brasil*, 30 abr. 1939, p.7.

¹⁶ Análise feita com base na cobertura do jornal *Correio do Povo*, 2 maio 1939, p.1, 2 e 32.

¹⁷ Sobre a atuação do DIP, ver: PAULO, H. O DIP e a Juventude: ideologia e propaganda estatal (1939-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.7, n.14, p.99-113, mar.-ago. 1987.

¹⁸ Expressão utilizada por CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (Org.). *O Brasil republicano 2: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.111.

¹⁹ GOMES, F. O trabalho na música popular brasileira. Disponível em: www.brasileirinho.mus.br/artigos/trabalhompb.html.

²⁰ Para o discurso de Vargas e as demais informações referentes a 1940, ver: *Jornal do Brasil*, 1º maio 1940, p.6.

²¹ LENHARO, A. *Sacralização da política*. São Paulo: Papirus, 1986. p.83.

²² BACZKO, B. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1991. p.29.

²³ Para o discurso de Vargas e demais informações sobre 1941, ver: *Jornal do Brasil*, 3 maio 1941, p.5 e 10. Sobre a relação dos trabalhadores com a legislação e a Justiça do trabalho, ver, entre outros: PAOLI, M. C. Os direitos do trabalho e sua justiça: em busca de referências democráticas. *Revista da USP*, São Paulo: Universidade de São Paulo, n.21, p.105-115,

mar.-maio, 1994; e FRENCH, J. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

²⁴ Para o discurso de Vargas e informações referentes a 1942, ver: *Jornal do Brasil*, 3 maio 1942, p.6.

²⁵ Para o discurso de Vargas e informações referentes a 1943, ver: *Jornal do Brasil*, 30 abr. 1943, p.5 e 9 e 2 maio 1943, p.6.

²⁶ *Jornal do Brasil*, 30 abr. 1944, p.7.

²⁷ *Folha da Manhã*, 3 maio 1944, p.7.

²⁸ O Relatório está em National Archives, Londres. (Political Situation in Brazil, Close until 1972). Documento: AS2734/95/6, From Mr. Broadmead – Rio de Janeiro, 11th May, 1944. Agradeço a Samuel Souza pelo acesso a sua transcrição.

²⁹ *Folha da Manhã*, 3 maio 1944, p.7.

³⁰ Para o discurso de Vargas e informações referentes a 1945, ver: *Jornal do Brasil*, 1º maio 1945, p.5 e 6.

Artigo recebido em 29 de março de 2011. Aprovado em 10 de outubro de 2011.